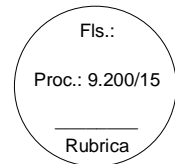




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A3/S1



Processo nº: 9.200/15
Apenso nº: 480.000.511/13
Jurisdicionada: Controladoria-Geral do DF – CGDF
Assunto: Auditoria realizada por outros órgãos
Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE
MP: Procuradora MÁRCIA FARIAS
Sessão: Pauta nº 70, S.O. nº 4902, de 29.9.2016
Publicação: DODF nº 182, de 26.9.2016, pág. 42
Ementa: Auditoria realizada, no exercício de 2013, pela antiga Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, com objetivo de verificar a área de pessoal da então Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do DF. Encaminhamento do Relatório Preliminar à auditada. Remessa de esclarecimentos. Conhecimento da auditoria pelo Tribunal e determinações à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação e à Controladoria-Geral do Distrito Federal (Decisão nº 208/16-CPM). PARECERES CONVERGENTES: cumprimento das diligências e o arquivamento dos autos. VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria realizada, no exercício de 2013, pela antiga Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, com objetivo de examinar a área de pessoal da então Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do DF.

2. Na fiscalização em apreço buscou-se “*verificar em que medida a concessão de vantagens, gratificações e benefícios e desvio de cargos públicos, em desconformidade com a legislação de regência, impactam a disponibilidade orçamentária e financeira da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do DF.*”

3. Para tanto, foram definidos os seguintes temas e questões de auditoria:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A3/S1

Fls.:

Proc.: 9.200/15

Rubrica

TEMA	QUESTÕES DE AUDITORIA
Adicionais	1.1.1. Os adicionais pagos aos servidores lotados na SEDHAB/DF estão de acordo com as leis e atos normativos de regência?
Auxílio-Creche	2.1.1. Auxílio-creche pago aos servidores da SEDHAB/DF está de acordo com as leis e atos normativos?
Auxílio-Alimentação	3.1.1. Houve pagamento em duplicidade do auxílio-alimentação?
Controles Internos da Folha	4.1.1. Há controle na inclusão de dados na Folha de Pagamento?
Participação em gerência ou administração de empresa	5.1.1. Há servidores com participação em gerência ou administração de empresa?
Indenização de Atividade Externa	6.1.1. O pagamento de Indenização de Atividade Externa encontra-se de acordo com as Leis e os atos normativos de regência?
Adicional de Qualificação	7.1.1. Existem falhas nos procedimento de concessão de Adicional de Qualificação?
Ficha Limpa	8.1.1. Os servidores investidos em cargos comissionados e funções de confiança encontram-se na situação de elegibilidade prevista na legislação eleitoral?
Composição dos cargos em comissão do órgão	9.1.1. O preenchimento dos cargos comissionados por servidor sem vínculo com a Administração Pública obedece aos limites estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal?
Censo previdenciário	10.1.1. Existem servidores ativos, inativos e pensionistas que não fizeram o cadastramento?
Cessão de servidores	11.1.1. A cessão de servidores da SEDHAB/DF obedeceu aos normativos vigentes?
Requisição de servidores	12.1.1. A requisição de servidores da SEDHAB/DF obedeceu aos normativos vigentes?
Pagamento de JETON	13.1.1. O pagamento de JETON obedece integralmente os preceitos estabelecidos em sua Lei de Regência?
Ampliação de carga horária	14.1.1. A concessão de ampliação de carga horária está de acordo com a legislação de regência? 14.2.1. O vencimento dos servidores encontra-se de acordo com as Tabelas Remuneratórias correspondentes a jornada de trabalho?
Gestão de documentos	15.1.1. Os documentos essenciais dos servidores estão devidamente assentados?
Desvio de função	16.1.1. Existem servidores da SEDHAB/DF trabalhando desviados na função?

4. O Relatório Prévio de Auditoria (fls. 1/24), foi encaminhado à jurisdição para manifestação.

5. A resposta enviada (fls. 27/79) foi examinada pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle que, considerando que as irregularidades permaneciam sem correção, elaborou o Relatório de Auditoria nº 1/2015-DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF (fls. 80/114), com diversas recomendações.

6. Ato contínuo, o processo foi encaminhado a esta Corte para conhecimento.

7. Na Sessão de 28.1.2016, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, proferiu a Decisão nº 208/16 (fls. 142/143), **in verbis**:

DECISÃO Nº 208/16 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS -A3/S1

Fls.:

Proc.: 9.200/15

Rubrica

decidiu: I – tomar conhecimento da documentação constante do Processo apenso nº 480.000.511/13 (cópia à fls. 1/115), que se refere à auditoria de pessoal realizada na então Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal pela então Secretaria de Estado de Transparência e Controle - STC; II – determinar à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote medidas complementares com vista ao atendimento das recomendações do Controle Interno constante do Processo nº 480.000.511/13, reportando-se à Controladoria-Geral do Distrito Federal, em especial as referidas nos seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 1/2015 - DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF: a) subitem 3.1.1 – pagamento de auxílio alimentação, sem abatimento de dias referentes às exceções previstas no art. 112, inciso V, da Lei Complementar nº 840/11; b) subitem 5.1.1 – servidores com participação em gerência ou administração de empresas; c) subitem 9.1.1 – servidores sem vínculo efetivo com GDF ocupando cargos comissionados acima do limite legal; d) subitem 11.1.1 – irregularidades nas cessões de servidores da SEGETH/DF a outro órgão ou entidade dos Poderes do Distrito Federal, da União, dos Estados e dos Municípios; e) subitem 12.1.1 – irregularidades nas requisições de servidores à SEGETH/DF; f) subitem 13.1.1 - falta de regulamentação do pagamento da Gratificação JETON por meio do SIGRH; g) subitem 14.1.1 – servidores sem a documentação comprobatória para perceber a ampliação da carga horária; III – determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, informe ao Tribunal sobre a adoção pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação das medidas saneadoras recomendadas no Relatório de Auditoria nº 1/2015 -DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF, especialmente no que concerne aos itens referidos na alínea anterior; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das providências devidas e a devolução do apenso à origem.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD/DF Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.”

8. Em atenção ao decidido, as jurisdicionadas encaminharam os documentos juntados às fls. 235/277 do processo apenso.

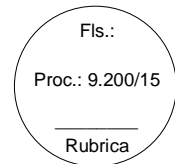
MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

9. O Corpo Técnico, por meio da Informação de fls. 146/149, de 11.7.2016, analisa a matéria nos termos seguintes:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A3/S1



“2. No presente andamento processual objetiva-se avaliar o cumprimento da Decisão nº 208/16 (fls. 142/143), adotada pelo Tribunal em 28/01/2016, da qual se transcrevem a seguir apenas as determinações:

“(…)

II – determinar à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote medidas complementares com vista ao atendimento das recomendações do Controle Interno constante do Processo nº 480.000.511/13, reportando-se à Controladoria-Geral do Distrito Federal, em especial as referidas nos seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 1/2015 - DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF:

a) subitem 3.1.1 – pagamento de auxílio alimentação, sem abatimento de dias referentes às exceções previstas no art. 112, inciso V, da Lei Complementar nº 840/11;

b) subitem 5.1.1 – servidores com participação em gerência ou administração de empresas;

c) subitem 9.1.1 – servidores sem vínculo efetivo com GDF ocupando cargos comissionados acima do limite legal;

d) subitem 11.1.1 – irregularidades nas cessões de servidores da SEGETH/DF a outro órgão ou entidade dos Poderes do Distrito Federal, da União, dos Estados e dos Municípios;

e) subitem 12.1.1 – irregularidades nas requisições de servidores à SEGETH/DF;

f) subitem 13.1.1 - falta de regulamentação do pagamento da Gratificação JETON por meio do SIGRH;

g) subitem 14.1.1 – servidores sem a documentação comprobatória para perceber a ampliação da carga horária;

III – determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, informe ao Tribunal sobre a adoção pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação das medidas saneadoras recomendadas no Relatório de Auditoria nº 1/2015 - DIRPA/CONAP/SUBCI/CGDF, especialmente no que concerne aos itens referidos na alínea anterior;

(…).”

3. Em 30 de março de 2016 e 9 de maio de 2016, respectivamente, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação e a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS -A3/S1

Fls.:

Proc.: 9.200/15

Rubrica

Controladoria-Geral do Distrito Federal, encaminharam os documentos contidos nos volumes anexos (fls. 235/277) com o objetivo de dar por cumprida a determinação a eles imposta por esta Corte de Contas.

4. Na avaliação do Controle Interno, é consignado:

a) em relação aos itens 9.1.1 (Cargos sendo ocupados por servidores sem vínculo com o GDF) e 12.1.1 (Requisições de servidores sem discriminação das funções e atribuições que desempenham na Secretaria.), a jurisdicionada atendeu as recomendações emanadas pela auditoria;

b) já em relação aos itens contidos no quadro que se segue, o órgão apresentou as providências que estão sendo tomadas para atendimento das recomendações e apenas em futuros trabalhos a equipe de auditoria verificará a efetividades dessas ações:

ACHADOS CONSOLIDADOS
<i>1.1.1. Foi identificado o servidor João da Silva com averbação irregular de tempo de serviço/contribuição para fins de ATS.</i>
<i>2.1.1. Inexistência de comprovante de matrícula pré-escolar referente a dependentes de servidores que recebem o auxílio.</i>
<i>3.1.1. Recebimento de auxílio-alimentação sem respectivo desconto por servidores licenciados por motivo de doença.</i>
<i>4.1.1. Constatou-se ausência de segregação de funções e inexistência de rodízio de tarefas gerando concentração de informação e poder de poucos servidores.</i>
<i>5.1.1. Identificaram-se 10 servidores com participação em gerência ou administração de empresa.</i>
<i>6.1.1. Foi identificada falha na concessão da indenização de atividade externa, pela inclusão no período de apuração de dias de férias e abono, no caso da servidora matrícula nº 2622459.</i>
<i>7.1.1. Constatou-se a concessão de adicional de qualificação sem a correta custódia de documentos na pasta funcional.</i>
<i>8.1.1. Detectadas falhas nos controles prévios relativos as exigências legais com relação aos requisitos para a posse e exercício em emprego, função ou cargo de confiança ou comissionado. Ausência de documentos ou processo de administrativo que informasse sobre a consulta à Assessoria Jurídica do Órgão ou encaminhamento de consulta ao Comitê Ficha Limpa a respeito do ingresso do servidor de CPF nº 221309771-20, portador de certidão criminal de 1ª e 2ª Instâncias - positiva, emitida em 28/06/2013.</i>
<i>10.1.1. Foram identificados 85 servidores sem recadastramento previdenciário recebendo o pagamento normalmente em contrariedade ao artigo 4º do Decreto nº 32.746/2011.</i>
<i>11.1.1. Identificados que 33 servidores cedidos a outros órgãos o foram em desconformidade com a legislação, seja por ausência de registro de publicação, ausência de prorrogação de cessão, ausência de ressarcimento nos casos de cessão com ônus para o cessionário, falta de retorno após o encerramento da cessão e falhas nos processos administrativos.</i>
<i>13.1.1. Pagamento de JETON sem a regulamentação exigida e observou-se divergência no quantitativo de conselheiros do CONPLAN.</i>
<i>14.1.1. Foram detectadas falhas nos controles prévios relativos às exigências da concessão de ampliação de carga horária em relação a 75 servidores.</i>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS -A3/S1

Fls.:

Proc.: 9.200/15

Rubrica

14.2.1.A jornada de 40 horas não é paga pela tabela de 40 horas, e sim como um adicional calculado com base na tabela de 30 horas, embora não haja diferença em relação ao valor correto.

15.1.1. Constatadas falhas no gerenciamento de documentos, morosidade nos procedimentos diários e alto risco de perda de informações.

16.1.1. Constatou-se que a servidora matrícula 00430617 atuou em lotação divergente do exigido na Lei nº 2.706/2001, caracterizando pagamento irregular da GIUrb.

5. No que se refere ao subitem 3.1.1, a SEGETH informa que realizou o levantamento dos dias devidos pelos servidores efetuando o desconto em folha dos valores, o que foi documentado no âmbito do Processo nº 390.000.477/2014 (fl. 252, verso do Apenso).

6. Quanto ao subitem 5.1.1, a Secretaria informa a posição de cada processo relativo a servidor que já foi regularizado ou que ainda está em apuração (fls. 253 verso a 257 verso do Apenso).

7. Em relação ao subitem 11.1.1, o órgão informa que já providenciou a regularização das cessões e requisições, bem como manifesta entendimento de que no caso das servidoras colocadas à disposição do TRE, com base no artigo 157 da LC 840/11, não cabe ressarcimento por parte do cessionário (fls. 262 a 263 verso do Apenso).

8. No que concerne ao subitem 13.1.1, a SEGETH informa que as atualizações cadastrais estão sendo providenciadas e que a publicidade dos pagamentos está disponível à CGDF por meio do cadastro contido no SIGRH (fl. 265 verso do Apenso).

9. No que tange ao subitem 14.1.1, o ente fiscalizado informa que desde janeiro de 2015 é autuado um processo individualizado para cada solicitação de alteração da jornada de trabalho e que as concessões de ampliação de jornada dos casos apontados deram-se por compensação de valores, passando a detalhar cada situação (fls. 266 a 270 verso do Apenso).

10. Conforme breve síntese, verifica-se que CGDF se deu por satisfeita em relação ao cumprimento de suas recomendações à SEGETH, ressaltando que em futuras auditoria verificar-se-á a efetividade das ações dessa jurisdicionada.

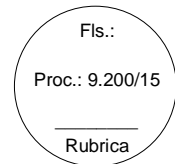
11. Não se vislumbra anormalidades que demandem a necessidade de o TCDF continuar a acompanhar as questões em debate, mesmo porque a CGDF deverá, como sempre faz, reportar os resultados de futura fiscalização para esta Corte, apontando, inclusive eventuais ações ineficazes adotadas pela jurisdicionada em relação aos achados da auditoria em tela, o que poderá ensejar a apuração de responsabilidades.

12. Nesse contexto, sugere-se ao TCDF que tome conhecimento das medidas adotadas pela SEGETH, dando por cumpridas as diligências determinadas a essa jurisdicionada e à CGDF, autorizando o arquivamento dos autos sem prejuízo de futura



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A3/S1



responsabilização se for o caso.”

10. Concluindo, a Instrução sugere que o Tribunal:

“I. tome conhecimento da documentação constante do Processo apenso nº 480.000.511/2013, em especial, de folhas 235/277, que se refere ao cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 208/2016, considerando-a atendida; e

II. autorize:

a) a devolução do processo apenso à origem, com cópia da decisão que vier a ser proferida; e

b) o arquivamento dos autos.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

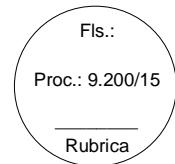
11. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 816/16 (fls. 152/153), de 29.8.2016, da lavra da Procuradora MÁRCIA FARIAS, aquiesce à proposta da Unidade Instrutiva.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A3/S1



VOTO

12. Trata-se de Auditoria realizada, no exercício de 2013, pela antiga Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, com objetivo de verificar a área de pessoal da então Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do DF.

13. Na Sessão de 28.1.2016, o Tribunal exarou a Decisão nº 208/16-CPM para determinar:

a) a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação que adotasse medidas complementares com vistas a atender as recomendações do Controle Interno;

b) a Controladoria-Geral do Distrito Federal que desse conhecimento a esta Corte das providências tomadas.

14. Em atenção ao decidido, as jurisdicionadas juntaram às fls. 235/277 do processo apenso os documentos pertinentes.

15. A Unidade Técnica e o Ministério Público entendem que a diligência foi cumprida, podendo os autos ser arquivados.

Não merecem reparos as considerações tecidas nos Pareceres, razão pela qual VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos documentos constantes do Processo apenso nº 480.000.511/13, em especial, os de fls. 235/277, que se referem ao cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 208/16;

II. tenha por atendida a Decisão nº 208/16;

III. autorize:

a) a devolução do processo apenso à origem, com cópia da decisão que vier a ser proferida; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS –A3/S1

Fls.:

Proc.: 9.200/15

Rubrica

b) o arquivamento dos autos.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2016.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator